

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-INDÚSTRIA: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NA INDÚSTRIA

Ata da 89ª Reunião Ordinária da CT-Indústria – 08/02/2023 - 9h00
Reunião por videoconferência – Google Meet

Membros presentes	
Entidade	Representante
2030 Water Resources Group	Iraúna Bonilha (T)
AEAVV	Mário Antonio Masteguin (T)
ASSEMAE	Fernando Ribeiro Rossilho (T)
CIESP - DR Americana	Alexandre Luis Almeida Vilella (S)
CIESP - DR Bragança Paulista	Michele Consolmagno (T)
CIESP - DR Campinas	Jorge Antonio Mercanti (T) Vlami Mitsuo Kanashiro (S)
Consórcio PCJ	Jussara Cordeiro Santos (S)
CMR Indústria e comércio	Helen Karina Leal Ayala Dutra (T)
DAE Jundiaí	Rodrigo de Almeida Marçal (T)
DAE Santa Bárbara d'Oeste	Flamarion Stefano Cabral (T)
Elo Ambiental	Francisco Paulo Oliva Barijian (T)
FIESP	Alexandre Luis Almeida Vilella (T) Jorge Antonio Mercanti (S)
Geoblue	Raphaella Vieira Benedini Jorge (T) Deborah Pereira da Silva (S)
Oji Papéis	João Luis Duarte (T)
P.M. de Itatiba	Rogério Henrique Selicani (T)
P.M. de Limeira	Douglas José Bergamo (S)
P.M. de Piracicaba	Bruno Delarole (T) Giovanni Batista Campos (S)
Papirus	José Eduardo Alessio Falcetti (S)
Química Amparo	Carla Prudente Piva (T)
REPLAN	Deivid Lucas dos Santos Migueleti (T)
RHODIA	Vlami Mitsuo Kanashiro (T)
SABESP	Ane Caroline Grisolio Machion (T)
SANASA	Fernando Ribeiro Rossilho (S)
Sanipark	Vanessa Regina Degrande Rodrigues (T)
UNICA	Gilson Camargo da Silva (T) André Elia Neto (S)

Membros ausentes	
Entidade	
AEAAR	
ArcelorMittal	
BRK Ambiental Sumaré	
CISBRA	
Consórcio Piraí	
Dedini S/A	
Mackenzie - Campinas	
Miracema-Nuodex	
P.M. de Cordeirópolis	
SIMESPI	

SINMEC	
Demais presentes	
Entidade	Representante
Agência das Bacias PCJ	Rebeca Silva
	Tainá Moura
	Felipe Ferreira
	Sergio Razera
DAE Jundiaí	Greicy Paola Farias Fronza
ECOSAN	Talita Rubiete P Carvalho
	Artur Piaia
Gerais Solidificação	Alfeu Cabral
Prefeitura de Analândia	Leandro Eduardo Santarpio
	Wladimir Schalch Junior
Sanasa	Rodrigo Monteiro

(T) – Titular (S) – Suplente (R) – Representante

Aos oito dias do mês de fevereiro de 2023, realizou-se por meio de videoconferência na plataforma do *Google Meet*, a 89ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água na Indústria (CT-Indústria) dos Comitês PCJ. **1. Pauta:** A pauta e a convocação da reunião foram enviadas aos presentes por meio de mensagem eletrônica, em 1º de fevereiro de 2023. **2. Abertura da 88ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água na Indústria:** Inicialmente o Sr. Jorge Antonio Mercanti, Coordenador da CT-Indústria e representante do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo – Diretoria Regional de Campinas (CIESP - DR Campinas), comunicou com pesar sobre o falecimento do Sr. Jairo Alves Junior, representante do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo – Diretoria Regional de Campinas (CIESP - DR Campinas) e coordenador-adjunto da CT-Indústria, e nesse sentido foi realizado um minuto de silêncio em sua memória. Posteriormente, a abertura da reunião foi realizada pelo Sr. Jorge, que agradeceu a presença de todos e informou aos presentes a existência de quórum para o início da reunião. Na sequência, foi passado um vídeo elaborado pela Agência das Bacias PCJ com orientações gerais, registro de presença e outras ações para participação durante a reunião. **3. Palestra: Financiamento reembolsável com recursos da cobrança para o setor privado e público:** O Sr. Jorge passou a palavra para o Sr. Sergio Razera, Diretor-presidente da Agência das Bacias PCJ, para apresentar sobre os “Desafios da gestão de recursos hídricos – Financiamento reembolsável – somente recursos

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-INDÚSTRIA: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NA INDÚSTRIA

Ata da 89ª Reunião Ordinária da CT-Indústria – 08/02/2023 - 9h00

Reunião por videoconferência – Google Meet

federais”. O Sr. Sergio, agradeceu o convite e discorreu rapidamente sobre a importância da figura da Agência de Bacias enquanto braço executivo de um Comitê de Bacias Hidrográficas. Iniciou explicando sobre a importância do tema “financiamento reembolsável”, para o setor da indústria, visto que o Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO) já possui mecanismos e regras para o financiamento reembolsável, mas é um processo muito mais burocrático e demorado do que com recursos federais, o que pode acabar não sendo tão compatível com a forma de trabalho das indústrias que tende a ser mais ágil e muitas vezes necessitando de sigilo industrial em algumas etapas. Explicou que anteriormente os agentes técnicos do FEHIDRO eram agentes do próprio governo (como CETESB, DAEE, demais órgãos) e recentemente houve uma mudança dos agentes técnicos que passaram a poder ser terceirizados, sendo então empresas contratadas que analisam e aprovam a viabilidade técnica e os custos dos empreendimentos e acompanham sua execução. Entende-se que isso pode, futuramente, contribuir para a agilidade no processo, além de possibilitar que as empresas privadas sejam beneficiárias dos recursos da cobrança. A proposta a ser apresentada, teria como foco a utilização de recursos da cobrança federal e ainda está sendo estruturada, ao passo que existe um grupo de trabalho criado no âmbito da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) que irá discutir e aprovar uma proposta inicial que tramitará em outras instâncias dos Comitês PCJ, no entanto, nesse primeiro momento, as discussões ainda estão no âmbito da Agência PCJ. Em seguida, explicou que com exceção das ações atreladas ao setor de saneamento, todas as ações previstas no Plano de Bacias podem ser financiadas com custos estimados para arrecadação da Cobrança Federal e FEHIDRO. As ações associadas ao setor de saneamento básico (contemplando estudos, projetos ou obras) tiveram indicação de “outras fontes” como fonte principal de financiamento, porém isso não impede que superávits da arrecadação da Cobrança Federal e FEHIDRO suplemem essas ações, por exemplo. Seguiu explicando que a Agência PCJ enquanto entidade delegatária das funções de Agência de Água, possui um Contrato de Gestão com a Agência Nacional de Águas (ANA) e as legislações relacionadas ao contrato de gestão estabelecem que a ANA iria editar normas de contratação de bens e serviços, diferente das leis vigentes

de licitação. Nesse sentido, explicou sobre a Resolução ANA nº 53/2020 que regulamenta uma nova modalidade de contratação de Estudos, Planos, Serviços e Obras com recursos financeiros da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União – Cobrança Federal, denominada CHAMAMENTO PÚBLICO DE PROJETOS. Dentro desse Chamamento Público estabeleceu-se que os comitês de bacias hidrográficas podem deliberar sobre a utilização dos recursos da cobrança para financiamento reembolsável ou a fundo perdido. Esse chamamento substitui o processo de hierarquização e é feito por ato convocatório, necessitando de edital específico. Seguindo o que é estabelecido na Resolução ANA nº 53/2020, a Agência das Bacias PCJ propõe aos Comitês PCJ por meio do Plano de Aplicação Plurianual (PAP-PCJ) os investimentos a serem realizados por meio de financiamento reembolsável e por financiamento a fundo perdido, para isso é levado em conta os apontamentos do Plano de Bacias que hierarquiza as ações por prioridade ao longo dos anos. Explicou a proposta de que os Comitês PCJ aprovelem por meio de uma deliberação específica a criação de um “Programa de Financiamento Reembolsável” e seguiu detalhando as diretrizes previstas na Resolução ANA nº 53/2020. Na sequência, apresentou as etapas do processo que preveem: edital de seleção; tramitação de documentação junto ao agente técnico e financeiro; tramitação da licitação; desenvolvimento das ações propostas; prazos de carência e amortização. Seguiu apresentando os prazos de cada uma das fases, sendo que a 1ª fase do programa prevê um prazo em torno de 5 anos, e explicando sobre as taxas de juros e valores dos projetos previstos na ordem de 1 milhão de reais. Por fim, apresentou mapas com as prioridades para ações e investimentos por ações como “coleta de esgotos” e “remoção de fósforo” e posteriormente o percentual dos investimentos necessários separados entre os temas “Águas Subterrâneas (AS)”; “Enquadramento dos Corpos d’Água Superficiais (ECA)”; “Garantia de Suprimento Hídrico (GSH)”; “Educação Ambiental, Integração e Difusão de Pesquisas e Tecnologias (EA) e Uso da água e do solo no meio rural e Recomposição Florestal (CRF) – temas esses detalhados em cadernos temáticos específicos do Plano de Bacias PCJ 2020-2035. Após as explicações, o Sr. Jorge abriu a palavra aos membros para um momento de debate e esclarecimentos de

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-INDÚSTRIA: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NA INDÚSTRIA Ata da 89ª Reunião Ordinária da CT-Indústria – 08/02/2023 - 9h00 Reunião por videoconferência – Google Meet

dúvidas, em que foram discutidos sobre as burocracias que envolvem o processo e os desafios para tornar a utilização dos recursos da cobrança uma opção mais atrativa se comparada a outros bancos; a possibilidade de flexibilização do processo a fim de estimular a interação da indústria e do saneamento; a consulta e efetiva verificação quanto ao valor proposto de 1 milhão de reais, a fim de traçar um cenário mais factível, visto que o valor foi considerado relativamente “baixo” a depender do tamanho e complexidade do projeto ou município atendido – o que para as indústria demandará uma contribuição do setor para que a Agência PCJ consiga fazer uma proposição mais acurada; a possibilidade de aumentar a concorrência nos bancos que fazem o papel de agente financeiro, a fim de diminuir a burocracia dos processos; e o atendimento de projetos no meio público e no meio privado separadamente, sendo debatido e esclarecido pelo Sr. Sergio. Por fim, o Sr. Sergio explicou que acredita ser necessário trabalhar com essa faixa de valor nessa primeira fase, a fim de atender mais projetos e ter um rápido retorno, de modo a fazer que esse fundo de recursos gire mais rapidamente. Essas discussões também estão muito atreladas ao aumento do valor da cobrança, que vai influenciar no aumento da arrecadação a ser destinada para esses financiamentos. **4.**

Aprovação da minuta de ata da 88ª Reunião Ordinária da CT-Indústria: O Sr. Jorge informou que foi feito o envio aos membros, da minuta de ata da reunião anterior, por mensagem eletrônica junto da convocação, conforme prazo regimental. Na sequência, questionou a necessidade de leitura, sendo dispensada por todos. Também abriu espaço para manifestações sobre o conteúdo. Não havendo manifestações, submeteu aos membros para aprovação, sendo aprovada por unanimidade a minuta de ata da 88ª Reunião Ordinária da CT-Indústria, realizada em 14/12/22. **5. Eleição do novo Coordenador-Adjunto da CT-Indústria:** Em virtude do falecimento do Sr. Jairo Alves Junior, o Sr. Jorge informou aos membros que será necessário a eleição de um(a) novo(a) coordenador(a)-adjunto(a) para atender até o término do atual mandato (2021-2023) que se encerra em julho/23, com possibilidade de renovação. As funções atribuídas a coordenação das CTs são trazidas no Regimento Geral das Câmaras Técnicas, aprovado pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 362/21, nos artigos 11 a 16. Tendo em vista que a atuação enquanto coordenação da CT é voluntária, o Sr. Jorge

explicou que recebeu a manifestação de interesse do Sr. Vlamir Mitsuo Kanashiro, representante da Rhodia Brasil S.A. e do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - Diretoria Regional de Campinas (CIESP - DR Campinas), que se colocou à disposição para contribuir como coordenador-adjunto da CT-Indústria. O Sr. Vlamir participa da CT-Indústria desde agosto/21 pela Rhodia, sendo recentemente indicado para representar o CIESP DR Campinas. O Regimento Geral das CTs prevê que o coordenador e coordenador-adjunto sejam representantes de membros que estejam representados nos Plenários dos Comitês PCJ. Visto que o CIESP DR Campinas é membro dos plenários do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, a candidatura do Sr. Vlamir se torna válida. Nesse sentido, foi aberto aos membros um momento para manifestações de interesse e/ou solicitações de fala em relação a candidatura do Sr. Vlamir. Com o atendimento de todos os requisitos, o Sr. Jorge colocou o nome do Sr. Vlamir Kanashiro em votação sendo escolhido por unanimidade como coordenador-adjunto da CT-Indústria até a conclusão do biênio 2021-2023. O Sr. Vlamir agradeceu a oportunidade e confiança de todos e não havendo outras manifestações, o Sr. Jorge deu continuidade a pauta. **6.**

Previsão hidrológica para as Bacias PCJ: O Sr. Jorge apresentou os dados de pluviometria do posto da REPLAN, unidade da empresa PETROBRAS, no município de Paulínia/SP comentando que é um posto consolidado com uma série histórica completa e com segurança na calibragem dos instrumentos de medição. Indicou que as chuvas totalizadas (entre fevereiro/22 e janeiro/23) foram de 1152 mm (mil cento e cinquenta e dois milímetros), enquanto que a média climatológica anual foi de 1352 mm (mil trezentos e cinquenta e dois milímetros) e a média de 2014 foi de 1005 mm (mil e cinco milímetros). Explicou que em janeiro de 2023, choveu 257 mm (duzentos e cinquenta e sete milímetros), indicando estar abaixo da média para os meses de janeiro entre os anos de 2014-2023 que é de 268 mm (duzentos e sessenta e oito milímetros), considerando o posto em Paulínia. Na sequência, o Sr. Jorge apresentou duas séries de análises *Standardized Precipitation Index* (SPI) para o posto da Estação Replan no município de Paulínia/SP: i) a primeira com média móvel dos últimos 12 (doze) meses, baseado nos últimos 30 anos (1990-2020), em que pode se observar que está ainda “seco” (abaixo de 0), porém vem se recuperando;



CT-INDÚSTRIA: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NA INDÚSTRIA

Ata da 89ª Reunião Ordinária da CT-Indústria – 08/02/2023 - 9h00
Reunião por videoconferência – Google Meet

ii) a segunda com média móvel dos últimos 24 (vinte e quatro) meses, sendo esta mais recomendável para gestão de mananciais, observa-se que também está se recuperando, mais ainda está baixo (- 2). Também, pode se verificar o período de 2021-2023 como o mais seco dos últimos 30 (trinta) anos. No tocante ao Sistema Cantareira, o Sr. Jorge comentou que houve precipitação abaixo da média no mês de janeiro, com 215 mm (duzentos e quinze milímetros), em referência a média de 264 mm (duzentos e sessenta e quatro milímetros) para os meses de janeiro (2014-2023). Enquanto a média climatológica anual foi de 1505 mm (mil quinhentos e cinco milímetros), a média de 2014 foi de 964 mm (novecentos e sessenta e quatro milímetros) e o acumulado de fevereiro/22 a janeiro/23 foi de 1286 mm (mil duzentos e oitenta e seis milímetros). O nível do Sistema Cantareira, em 2020 estava alto, em 2021 abaixou e 2022 no início do ano estava bem baixo, apresentando uma recuperação a partir de agosto/22, sendo que no momento está acima de 2020, atingindo 52% (cinquenta e dois por cento) ao final de janeiro 2023. Seguiu apresentando mapas SPI 24, do país inteiro, com manchas de intensidade (extremo, severo, moderado, normal) variando entre seco (mais avermelhado) e úmido (mais esverdeado), em que se observa que o estado de São Paulo está bem abaixo da média entre os meses de novembro/22 e dezembro/22, apresentando melhora no mês de janeiro/23, e aproximando da normalidade, se continuar chovendo. Na sequência, apresentou uma tabela com dados da temperatura média e umidade relativa do ar média comparando os meses janeiro-fevereiro/2014 e dezembro/22 e janeiro/23 onde pode ser verificado que no período mais recente as temperaturas estão, na média, superior ao ano de 2014, mas que apresentam a umidade relativa do ar mais alta também. Explicou que a umidade relativa e temperatura influencia muito o estado de seca do solo e uma umidade maior diminui a evaporação de água do solo causando, no momento de chuvas, a retenção de parte da água para reposição da umidade do solo. No caso do ano de 2014, em que houve os eventos catastróficos de seca, vê-se que a temperatura estava acima da média climatológica, enquanto que a umidade relativa do ar estava muito abaixo da média climatológica, o que resultou atingimento do volume de reserva do Sistema Cantareira. Complementamente explicou que a transposição da Bacia do Paraíba do Sul

somada as ações de gestão hídrica executadas pela Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH) dos Comitês PCJ, durante o período seco e pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE) durante o período úmido contribuíram para que o Sistema Cantareira não secasse como em 2014, pois apenas são feitas manobras de descargas suficientes para suprir os rios Jaguari e Atibaia. Observa-se que em janeiro/23 praticamente ficou no mínimo a vazão que saiu dos rios Jaguari, Cachoeira e Atibainha, com aproximadamente 0,3 m³/s (três décimos de metro cúbico por segundo), a transposição parou pois além do alto custo, os níveis estão razoáveis. Explicou sobre as altas entradas de contribuição (soma por volta de 53 m³/s – cinquenta e três metros cúbicos por segundo) e pouca saída (túnel 5 – 17,2 m³/s – dezessete metros cúbicos e dois décimos por segundo), o que resultou no aumento dos níveis. A vazão média mensal, do Rio Jaguari foi igual a 73,1 m³/s (setenta e três metros cúbicos e um décimo por segundo) em Cosmópolis/SP, Rio Atibaia 77,6 m³/s (setenta e sete metros cúbicos e seis décimos por segundo) em Paulínia/SP e na transposição do Túnel 5 em direção à ETA Guaraú foi igual a 17,2 m³/s (dezessete metros cúbicos e dois décimos por segundo). Na somatória do sistema equivalente, considerando a soma dos Sistemas de reservatórios da Grande São Paulo e do Sistema Cantareira, o nível em 31/01/23 estava em torno de 60% (sessenta por cento), enquanto há um ano o valor era de 50% (cinquenta por cento). Quanto à previsão climática, informou que na questão da temperatura da água na superfície na região equatorial do Oceano Pacífico observa-se que ela está abaixo da média climatológica, denotando a permanência do fenômeno “La Niña”. Apresentou a previsão disponibilizada pela Universidade de Columbia dos Estados Unidos (*Official NOA CPC ENSO Probabilities (issued Jan. 2023)*), em que se observa uma tendência, a partir de fevereiro de transição para “Neutro” e uma tendência de ter “El Niño” possivelmente a partir de julho/agosto/setembro 2023. E as previsões trimestrais de chuvas do *International Research Institute for Climate and Society (IRI)* da Universidade de Columbia (EUA), compreendida entre os meses de fevereiro/março/abril/23, março/abril/maio/23 e maio/junho/julho, realizadas em janeiro/23, apontam que a região sudeste deve permanecer dentro da média, sem previsão de anomalias de seca ou chuva, o que em outras regiões do país pode-se verificar,

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-INDÚSTRIA: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NA INDÚSTRIA

Ata da 89ª Reunião Ordinária da CT-Indústria – 08/02/2023 - 9h00
Reunião por videoconferência – Google Meet

variações na região norte e nordeste (chuva) e região sul (seca) que vão diminuindo ao longo dos trimestres. Assim também na previsão Multi-modelo do CPTEC/INMET/FUNCEME, realizada em janeiro/23 para o período de fevereiro/23 a abril/23, é sem previsão de anomalia de chuvas nas Bacias PCJ, estando dentro da média para todo o estado de São Paulo e sul de Minas Gerais. **7. Aprovação de novo membro:** O Sr. Jorge informou, que em atendimento ao Regimento Geral das Câmaras Técnicas, aprovado por meio da Deliberação dos Comitês PCJ nº 362/21, de 30/03/2021, entidades podem ingressar como membro a qualquer momento nas Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ bastando para isso seu ingresso ser apreciado e aprovado pelos demais membros da CT-Indústria, quando a solicitação ocorrer fora do período de renovação das Câmaras Técnicas. Em seguida, informou que a Secretaria Executiva (SE-PCJ) recebeu um ofício em 12/01/23, da Prefeitura Municipal de Analândia, solicitando a inclusão como membro da CT-Indústria tendo como seus representantes o Sr. Wladimir Schalch Junior, como titular e o Sr. Leandro Eduardo Santarpio, como suplente. Assim, o Sr. Jorge submeteu aos membros a inclusão da P.M. de Analândia, sendo aprovada por unanimidade como novo membro da CT-Indústria. **7. Informes. 7.1. da coordenação:** o Sr. Jorge informou que: **i)** Os Comitês PCJ financiam cursos de pós-graduação para seus membros mediante o Plano de Aplicação Plurianual das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (PAP-PCJ) e em atendimento ao Plano de Capacitação dos Comitês PCJ e suas implicações. Explicou que neste momento foram abertas vagas para o curso de pós-graduação lato sensu “Especialização em Gerenciamento dos Recursos Hídricos”, pela Fundação Municipal de Ensino de Piracicaba (FUMEP), no qual é destinada uma vaga por Câmara Técnica. Durante o período de manifestação das CTs, que ocorreu em janeiro/23, a CT-Indústria recebeu indicação do Sr. Gustavo de Carvalho, representante da ArcelorMittal, indicado pela entidade em 26/12/22 para representação na CT, no entanto, explicou que devido a análise dos critérios de assiduidade e tempo de participação na CT-Indústria, somados a demanda apresentada por outras coordenações de CTs, a coordenação da CT-Indústria, achou que seria mais apropriado passar a vaga para outra CT, que tenham membros participando mais ativamente. A Sra. Rebeca Silva, da equipe de apoio da Secretaria Executiva às

Câmaras Técnicas (SE/PCJ), esclareceu que a candidatura do Sr. Gustavo ficará na lista de espera, podendo ser contemplada em caso de desistências; **6.2. dos Membros:** O Sr. Jorge questionou aos membros sobre informes: **a)** O Sr. Fernando Ribeiro Rossillo, representante da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE) e da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento (SANASA), discorreu brevemente sobre seu entendimento em relação as discussões trazidas anteriormente na CT-Indústria sobre a temática de utilização de água de reuso, apresentando algumas provocações e reflexões aos membros acerca do tema. Explicou que as discussões acerca do tema acabam focando em resolver o problema de grandes consumos, nas grandes indústrias, e essa solução acaba sendo “protagonizada” pelo setor de saneamento, quando na verdade isso deveria ser incentivado pelo setor da indústria, no interesse em fomentar e buscar soluções, o que será bem respondido pelo setor de saneamento enquanto oportunidade de negócio, resultando também em um positivo *marketing* e engajamento socioambiental (práticas de *ESG*) para a indústria. O Sr. Jorge agradeceu a fala do Sr. Fernando e informou que está aguardando uma validação da Agência das Bacias PCJ para que o GT-Reúso, grupo de trabalho criado no âmbito da CT-Indústria, seja reativado e retome as discussões para elaboração do Termo de Referência para Estudo de Viabilidade de Implantação (EVI) de Projetos de Reúso de Efluentes Domésticos para Fins Industriais nas Bacias PCJ; **6.3. da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ:** A Sra. Rebeca Silva, da Equipe de apoio às Câmaras Técnicas da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ (SE/PCJ), deu início aos informes da SE/PCJ, sendo: **a) Alteração dos representantes dos membros:** a SE/PCJ recebeu a solicitação dos respectivos membros: **i) Consórcio Pirai:** informando o desligamento do representante suplente Sr. Roberto Mário Polga em razão da aposentadoria; **ii) ArcelorMittal:** com a indicação do Sr. Gustavo Ribeiro de Carvalho para representante suplente em substituição ao Sr. Wesley Gonzaga Cavalcante; **iii) CIESP Campinas:** com a indicação do Sr. Vlamir Mitsuo Kanashiro para representante suplente; **b) Capacitação dos membros dos Comitês PCJ:** destacou a demanda de incentivar os membros das Câmaras Técnicas a capacitarem-se, visando o aperfeiçoamento das discussões dos Comitês PCJ e em atendimento às

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-INDÚSTRIA: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NA INDÚSTRIA Ata da 89ª Reunião Ordinária da CT-Indústria – 08/02/2023 - 9h00 Reunião por videoconferência – Google Meet

metas do Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas (PROCOMITÊS), da Deliberação CRH nº 248, de 18/02/21, que aprovou a metodologia de distribuição dos recursos financeiros do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO) e do Planejamento Estratégico dos Comitês PCJ. A principal orientação é que sejam cursos na temática de meio ambiente e recursos hídricos, com realização a partir do ano de 2023. Foram citados como exemplo os cursos do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo (Capacita-SigRH), também sendo aceitos certificados de cursos de especialização, fomentados ou não pelos Comitês PCJ ou outros cursos de capacitação técnica. Também destacou a atualização do portal de Capacitação da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) em parceria com a da Escola Virtual de Governo (EV.G), com a incorporação dos conteúdos da ANA no catálogo de cursos disponíveis na plataforma da EV.G e seguiu informando passo a passo para a navegação e acesso dos temas de interesse. Complementarmente, orientou que o certificado do curso deve ser enviado para o e-mail da Secretaria Executiva; **c) Próximas reuniões dos Comitês PCJ:** foi informado a próxima reunião agendada, sendo a 88ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) dos Comitês PCJ, no dia 03/03/23, às 9h, com transmissão ao vivo pelo canal da Secretaria Executiva no *YouTube*, com *link* a ser disponibilizado na agenda do *site* dos Comitês PCJ. **7. Outros assuntos:** O Sr. Jorge questionou os membros sobre outros assuntos, não sendo solicitado por nenhum membro. **8. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Jorge Antonio Mercanti, coordenador da Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água na Indústria (CT-Indústria), agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião.

Jorge Antonio Mercanti
Coordenador da CT-Indústria

Vlamir Mitsuo Kanashiro
Coordenador-Adjunto da CT-Indústria